

Sumário

| | |
|---|------|
| Prefácio | XI |
| Apresentação | XIII |
| Introdução | 1 |
| 1 Estado Democrático de Direito e a dignidade da Pessoa Humana | 7 |
| 1.1 Os direitos fundamentais | 12 |
| 1.1.1 <i>As dimensões dos direitos fundamentais</i> | 14 |
| 1.2 Direito fundamental da dignidade da pessoa humana..... | 22 |
| 1.2.1 <i>Direito fundamental da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal de 1988</i> | 25 |
| 1.2.2 <i>A eficácia do direito fundamental da dignidade da pessoa humana</i> | 29 |
| 2 O Direito Fundamental ao meio ambiente e a proteção da dignidade humana | 33 |
| 2.1 O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado à luz da Constituição Federal de 1988..... | 35 |
| 2.2 O meio ambiente ecologicamente equilibrado enquanto direito de terceira dimensão e sua relevância para as futuras gerações..... | 39 |
| 2.3 Meio ambiente como bem ambiental e seus desdobramentos para a proteção da dignidade da pessoa humana..... | 45 |

| | |
|---|------------|
| 2.4 A Política Nacional de Educação Ambiental como instrumento para assegurar a dimensão ecológica da dignidade humana..... | 50 |
| 3 A Biodiversidade brasileira protegida..... | 57 |
| 3.1 Orientação constitucional | 57 |
| 3.2 Orientação infraconstitucional..... | 73 |
| 3.2.1 <i>Lei nº 9.985/2000 – Lei do SNUC</i> | 73 |
| 3.2.2 <i>Lei nº 12.651/12 – Código Florestal</i> | 86 |
| 4 Os corredores ecológicos como instrumentos de proteção da biodiversidade brasileira..... | 91 |
| 4.1 Identificação, atributos e funções dos corredores ecológicos no Brasil | 91 |
| 4.2 Requisitos legais..... | 101 |
| 4.3 Necessário avanço normativo como condição para melhor implantação dos corredores ecológicos no Brasil | 105 |
| Considerações finais..... | 113 |
| Referências | 117 |